



Uma lutadora

Incansável, auditora fiscal dedica-se há mais de três décadas ao combate dos trabalhos infantil e escravo

► **Entrevista à jornalista Martina Wartchow**

Chefe da Divisão de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador da SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho) do Ministério do Trabalho desde outubro de 2016, a auditora fiscal Marinalva Cardoso Dantas, 63 anos, passou a maior parte de sua trajetória profissional em campo. Ela é pioneira e tem uma história de mais de três décadas de forte combate aos trabalhos infantil e escravo no Brasil. De uma família muito pobre e nascida em Campina Grande/PB, ela foi criada por tios em Natal/RN, onde, diferentemente de seus irmãos, teve uma infância digna e acesso aos estudos. Já naquela época, a vontade de lutar por melhores condições de vida para crianças e adolescentes aflorou. Formou-se, então, advogada e, após trabalhar alguns anos para o governo estadual, junto à Fundação do Bem-Estar do Menor, fez o concurso e se tornou auditora fiscal em 1984, atuando sediada no Rio Grande do Norte por muitos anos. Atualmente, reside em Brasília/DF.

Como uma das integrantes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel de Combate ao Trabalho Escravo desde o início, em 1995, já ajudou a libertar mais de 53 mil escravos no país. Sua coragem e persistência são contadas, inclusive, no livro 'A dama da liberdade', do jornalista recifense Klester Cavalcanti, publicado pela editora Benvirá em 2015. Marinalva também é uma das 40 mulheres - uma das sete ainda vivas - destacadas no livro 'Extraordinárias - Mulheres que revolucionaram o Brasil', escrito por Aryane Cararo e Duda Porto de Souza e publicado em 2017 pela Companhia das Letras. Determinada e incansável, ela é otimista e acredita no fim dos trabalhos infantil e escravo no Brasil.

Como se tornou auditora fiscal do trabalho com ênfase no combate aos trabalhos infantil e escravo?

Trabalhei durante cinco anos como advogada, fazendo defesas jurídicas de crianças e adolescentes na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Rio Grande do Norte). Cuidava de crianças e adolescentes vulneráveis, como abandonados, infratores, para adoção, abusados sexualmente. Na época, eu estava esperando meu segundo filho e sofrendo um forte assédio moral, pois as pessoas me diziam que, quando acabasse minha gestação, eu seria demitida após o período de estabilidade e ficaria anos desempregada. A possibilidade de ficar sem um salário para sustentar meus filhos me assustava muito, pelo fato de cuidar de tantas crianças com problemas. Então uma auditora me avisou que haveria concurso para auditor fiscal do Ministério do Trabalho e que os horários flexíveis (não fixos) de trabalho permitiriam, inclusive, que eu tivesse mais tempo para ficar com meus filhos. Achei uma boa ideia e comecei a estudar muito. Durante a minha licença maternidade, passei no concurso e, quando terminou a licença, comecei como AFT. Foi em 1984. Há 33 anos. Idade de Cristo. E 33 são 3 x 11. Uma infância dura 11 anos. Estou há três infâncias no Ministério do Trabalho e a minha luta principal é de combate ao trabalho infantil. Estou nessa luta desde que ela começou, desde que o Brasil assumiu que tinha 8 milhões de crianças sendo exploradas (em 1992) e ainda estou aqui, na reta final, trabalhando para que a gente consiga erradicar o trabalho infantil até 2025.

Como você se envolveu no combate ao trabalho escravo?

O Brasil admitiu que tinha trabalho escravo três anos após admitir o trabalho infantil. Por conta da minha experiência no combate ao trabalho infantil, fui chamada para ser uma das coordenadoras do Grupo Móvel de Fiscalização contra o Trabalho Escravo (criado em 1995), que juntou essas duas lutas, com a atuação de uma equipe especial em regiões longínquas, fazendo o resgate de pessoas e sua reinserção na sociedade, assim como o ressarcimento do que elas perderam com as

“*Estou nessas duas lutas desde que elas começaram. Sempre paralelamente. São minhas duas torres gêmeas. Quando derruba uma, a outra cai, porque uma alimenta a outra. Trabalho infantil sempre vai alimentar o trabalho escravo*”

questões legais. Então estou nessas duas lutas desde que elas começaram. Sempre paralelamente. São minhas duas torres gêmeas. Quando derruba uma, a outra cai, porque uma alimenta a outra. Trabalho infantil sempre vai alimentar o trabalho escravo, porque essas crianças não têm condições de saúde, são mutiladas, ficam analfabetas, não são preparadas para o trabalho na vida adulta. Só resta para elas um convite de alguém que lhes diz que as quer assim, que vão ganhar bem e as iludem, as tornando escravas. E quando um pai ou uma mãe estão escravizados, seus filhos que ficaram remanescentes na cidade vão ter que trabalhar muito pequenos para se autossustentarem e sustentarem os irmãos. Por isso que digo que uma alimenta a outra. A gente tem que cuidar das duas lutas paralelamente. E quando você vai fiscalizar o trabalho escravo e encontra a criança já escrava, realmente, é o casamento das piores formas que pode haver. É criança que já nasceu no cativeiro e continua cativa porque não tem lei do ventre livre nessa escravidão contemporânea. Se não forem resgatados, nunca vão conhecer uma vida normal de uma pessoa livre.

A que riscos de acidentes ocupacionais as crianças e os adolescentes normalmente ficam expostos?

Essas crianças se mutilam, perdem audição, perdem olho, dedo, braço, perna... A gente só sabe disso porque a rede SUS (Sistema Único de Saúde), por meio do SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), registra o atendimento de uma criança com alguma lesão a qual os especialistas que a atenderam sabem que só pode ter sido ocasionada no trabalho, que não foi doméstico. Essas estatísticas mostram o quanto as crianças se acidentam e morrem por serem colocadas precocemente no trabalho [conforme quadro *Trabalho infantil*].

Embora o número de crianças e adolescentes em atividades laborais no Brasil venha baixando nos últimos anos, o país não deve conseguir acabar com o trabalho infantil até 2025 segundo relatório do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e MPT. Além disso, o Brasil não cumpriu o objetivo de erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2016. Quais são os principais obstáculos para atingir essas metas da ONU?

Nenhum país no mundo conseguiu alcançar a meta. O Brasil foi um dos poucos países que continuaram reduzindo. De 8 milhões, conseguimos retirar mais de 5 milhões. Temos agora 2,67 milhões (dados de 2015). Reduziu bastante, mas muito vagarosamente, porque achávamos que em 10 anos estaria resolvido. Mas houve mudança de política, alguma coisa no caminho, que atropelou a



Ao contrário do trabalho escravo, o trabalho infantil está exposto em uma vitrine para que a sociedade veja, e muitos ficam satisfeitos de verem essas cenas, porque acham que estamos dando um futuro para as crianças, ensinando a trabalhar

conquista da meta. A fiscalização diminuiu, sim, mas também precisamos colocar essas crianças na escola em tempo integral, porque lá vão ser educadas, entender que o trabalho antes do tempo faz mal, vão ser alimentadas, não vão precisar mendigar nas ruas, o que também é trabalho infantil e é altamente degradante e humilhante. Muitas são atropeladas, fora o acesso que é dado, pela condição de estarem nas ruas, a pedófilos e a todo tipo de pessoas que vão piorar ainda mais a vida dessas crianças. Hoje em dia, você encontra mais crianças nas vias públicas porque existe aceitação social, as pessoas acreditam que é bacana elas estarem na rua trabalhando em vez de roubando ou se drogando, como costumam dizer. Além da aceitação social, os responsáveis pelos espaços públicos, que são os prefeitos, têm um exército de pessoas para acabar com o trabalho infantil, mas pouco fazem. Eles se omitem de ver que tem um trabalho proibido no espaço que é da sua fiscalização. Então, nós, agora, estamos investindo em responsabilizar as prefeituras por essa omissão.

Descreva essa nova estratégia.

A nova estratégia para acelerar o fim do trabalho infantil é o Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Infantil, criado há dois anos, formado por integrantes do Ministério do Trabalho, principalmente, mas que articula com as redes locais. Já temos parceiros que

participaram de ações, como Conselho Tutelar, polícias, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), prefeituras... É um grupo formado por auditores fiscais especializados, que não têm dúvidas sobre os direitos das crianças e os deveres das autoridades e dos empregadores, que vão aos locais com foco no trabalho infantil para mobilizar todas as forças do Estado e colocar em prática todos os programas que existem e que protegem as crianças na sua integralidade. Cobramos dos patrões e pedimos providências às autoridades, como juiz da infância, procurador do trabalho, secretário de ação social, conselheiros tutelares. Oficiamos a todos, para que entendam que tem uma criança vulnerável ali por omissão de vários órgãos e que eles devem adotar providências. O que elas não podem é desenvolver músculos precoces trabalhando, como a gente vê, crianças que não crescem porque estão formando músculos, carregando peso, sendo animais de tração, carregando a feira das pessoas nas vias públicas, com mais de 15 quilos... Coisas assim... O mais difícil para nós está na nossa vista. É o contrário do trabalho escravo, que é muito escondido. O trabalho infantil está exposto em uma vitrine para que a sociedade veja, e muitos ficam satisfeitos de verem essas cenas, porque acham que estamos dando um futuro para elas, ensinando a trabalhar. Não sei como ensinando a trabalhar, porque só se ensina a trabalhar em um programa de aprendizagem, com instrutor, aulas teóricas, conhecimento. Aí a criança aprende também sobre Segurança e Saúde, como não se acidentar. Isso é aprendizagem, isso é pensar no futuro. Mas solta na rua, à vista de qualquer pessoa má, que possa abusar dessa criança, isso não é preparar para o futuro. É preparar para não ter futuro como adulto e, na velhice, ficar desamparado.

Você participou da 4ª Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, em Buenos Aires, Argentina, dias 14 a 16 de novembro de 2017. O que foi tratado?

Este evento, organizado pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social da Argentina com apoio da OIT, reuniu representantes de 193 países para fortalecer o combate a essa violação de direitos que tem de ser eliminada até 2025, como previsto pelos objetivos globais da ONU. A terceira foi no Brasil. Ocorre de quatro em quatro anos. As duas primeiras foram na Holanda. Na primeira, se fez um diagnóstico para entender porque tem tanto trabalho infantil no mundo. Chegou-se à conclusão de que os países colonizados têm o maior número de exploração de crianças. Na segunda conferência, criou-se um prazo para acabar com o trabalho infantil (inicialmente, até 2016, prazo que foi protelado). Na terceira conferência, surgiram

SAIBA MAIS

- » No Brasil, a estimativa é de que 167 mil pessoas ainda são submetidas ao trabalho escravo. No mundo, são 48,8 milhões. Somente na Índia, são 18,4 milhões.
- » No Brasil, os casos ocorrem com maior incidência na região Norte, principalmente no Pará, normalmente em áreas rurais. Mas são comuns também nas demais regiões e em grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.
- » De 1995 a 2016, mais de 53 mil pessoas foram resgatadas do trabalho escravo no Brasil nas ações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel.

Fontes: ONGs Repórter Brasil, Walk Free Foundation e Human Rights

TRABALHO INFANTIL

Conforme dados do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde registrados de 2007 até julho de 2016 envolvendo crianças e adolescentes de 5 a 17 anos no trabalho, foram:

- ▶▶ 97 mortes;
- ▶▶ 21.751 acidentes de trabalho graves;
- ▶▶ 12.123 acidentes com animais peçonhentos;
- ▶▶ 130 casos de DORT (Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho);
- ▶▶ 2.089 casos de intoxicações exógenas (agrotóxicos, produtos químicos, plantas e outros);
- ▶▶ 52 casos de dermatoses ocupacionais;
- ▶▶ 16 casos de transtornos mentais;
- ▶▶ 3 casos de pneumoconiose
- ▶▶ 2 casos de câncer
- ▶▶ 1 caso de PAIR (Perda Auditiva Induzida por Ruído)

As funções que mais registraram acidentes foram: atendente de lanchonete, embalador à mão, repositor de mercadorias, alimentador de linha de produção, auxiliar de escritório em geral, trabalhador agropecuário em geral, vendedor de comércio varejista, servente de obras, açougueiro, mecânico de veículos, empregado doméstico, pedreiro, marceneiro, auxiliar de pessoal.

Fonte: SINAN/SVS/MS



EUGÊNIO SANTANA/MARQUES

estratégias de iniciativa regional, promessas de países ou de grupos econômicos, ou de grupos geográficos. O Brasil hoje faz parte da iniciativa regional América Latina e Caribe Livres do Trabalho Infantil. Somos 27 países pensando juntos. Participamos também da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e ainda de ações no Mercosul. A estratégia brasileira dos grupos móveis é considerada importante e um exemplo a ser seguido por outros países.

Segundo levantamento apresentado no livro 'A dama da liberdade', os casos mais comuns de trabalho escravo estão

em fazendas de pecuária (29%), cana-de-açúcar (25%), fazendas com outras lavouras, como algodão (19%). Os estados com mais casos são Pará e Mato Grosso. Esses números continuam?

Sim. Há muito trabalho escravo em desmatamentos, carvoarias, lavouras de soja, pecuária. Também já fizemos grandes ações no garimpo.

E o perfil desses escravos - 62% analfabetos e 27% com estudo até a 4ª série - também segue o mesmo?

Sim. Principalmente homens, porque essas atividades, como desmatamento e garimpo, precisam de força física. Você não encontra muitos adolescentes, nem crianças e mulheres. As mulheres, geralmente, são exploradas sexualmente, para essas pessoas que estão no garimpo por exemplo.

E a questão do "escravo urbano", o escravo do século 21, como o caso de estrangeiros que trabalham clandestinamente em confecções terceirizadas de grandes redes de lojas?

Também vem crescendo o combate a esse tipo de trabalho escravo, que tem uma característica diferente, porque o brasileiro sempre explorou brasileiros. Mas nesse setor, estão sendo explorados peruanos e bolivianos, às vezes, pelos próprios conterrâneos que vendem para o setor de moda e para o setor têxtil do Brasil. Na construção civil, temos haitianos. No Rio de Janeiro, temos os chineses, nas pastelarias. Esse trabalho escravo está muito perto da gente, não somente nas florestas ou num plantio de soja. Está nas cidades mais populosas do Brasil.

O que já melhorou no país quando o assunto é combate aos trabalhos infantis e escravo?

Já melhoramos muito, pois foram surgindo soluções e leis. A criação da Lista Suja, que divulga os nomes de quem pratica a escravidão no país, que lhes tira crédito e impossibilita a participação em concorrência com poder público, foi um avanço, assim como as indenizações elevadas por danos morais, que fizeram o trabalho escravo não ser mais lucrativo. A criação dos grupos móveis de combate também foram avanços, assim como

“**Sem educação, não vamos acabar nem com o trabalho infantil, nem com o trabalho escravo. Precisamos de brasileiros livres e com formação, caso contrário, sempre haverá exploração**”

a participação da Polícia Federal, sem vínculo local, que deu muita credibilidade a esse trabalho, pois, em alguns estados, a polícia, antigamente, era aliada dos patrões e servia para devolver escravos fugidos. A reinserção dessas pessoas na sociedade por meio de programas, como o Bolsa Família, de reabilitação de saúde, confecção de documentos e treinamentos para uma nova profissão. Muitas coisas avançaram e continuam avançando, mas não podemos retroagir.

E o que ainda precisa melhorar?

No trabalho infantil, que a educação assumira sua função de ser uma das principais ferramentas de mudança. Sem educação, não vamos acabar nem com o trabalho infantil, nem com o trabalho escravo. Precisamos de brasileiros livres e com formação, caso contrário, sempre haverá exploração. Tem que dar educação para abrir os olhos das crianças antes que ingressem no trabalho infantil. E quanto mais educadas, menos colocarão, no futuro, seus próprios filhos a trabalharem na infância e na adolescência. O trabalho escravo, por sua vez, depende do fim do trabalho infantil. É começar pelas crianças. Nós só vamos largar essa luta quando o Brasil for livre do trabalho escravo e do trabalho infantil.

Como é hoje seu trabalho como chefe da Divisão de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador do Ministério do Trabalho? Quais as principais conquistas e os desafios?

Nossas conquistas são os pactos com outros países. Pensando do mesmo jeito e agindo da mesma forma, nós fortalecemos a luta. E agora, no Brasil, estamos elaborando a terceira versão do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, um plano com eixos estratégicos, como educação, saúde e desenvolvimento social, para que a gente consiga fazer um trabalho mais robusto. Esse plano, depois de pronto, passará pela aprovação do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e publicação.

A senhora acredita que um dia o país irá erradicar definitivamente os trabalhos infantis e escravo?

Acredito piamente. Tenho convicção disso. Se não tivesse, já estaria aposentada há muitos anos, como tenho direito. Mas quero assistir, ainda na luta, ao fim disso tudo. Tenho toda a história dessas duas lutas, porque estou desde o começo de todas duas. Quero ajudar as colegas a entenderem melhor, a suprimirem as dúvidas delas a respeito disso, para que eu consiga dizer: minha tarefa está cumprida. Comecei, avaliei, analisei, entendi, intervim e, finalmente, conseguimos cumprir a missão de acabar com essas duas coisas piores que existem no mundo do trabalho. ■